

06

POLÍTICAS PÚBLICAS E EFEITOS PSICOSSOCIAIS DO RACISMO: ESTRATÉGIAS DE (RE)EXISTÊNCIAS DE JOVENS NEGROS(A)S EM FORTALEZA/CE

PUBLIC POLICIES AND THE PSYCHOSOCIAL EFFECTS OF RACISM: STRATEGIES FOR THE (RE)EXISTENCE OF YOUNG BLACK PEOPLE IN FORTALEZA/CE

Aldemar Ferreira da Costa

Mestre em Psicologia (UFC)
Doutorando em Psicologia (UFC)
E-mail: demarfcost92@gmail.com

João Paulo Pereira Barros

Doutor em Educação (UFC)
Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com

Carla Jéssica de Araújo Gomes

Mestra em Psicologia (UFC)
Doutoranda em Psicologia (UFC)
Professora do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)
E-mail: carlajessica.cjag@gmail.com

Laisa Forte Cavalcante

Mestra em Psicologia (UFC)
Doutoranda em Psicologia (UFC)
E-mail: laisacavalcante9393@gmail.com

Lívia Lima Gurgel

Mestra em Psicologia (UFC)
Doutoranda em Psicologia (UFC)
E-mail: livialgurgel@gmail.com

Mayara Ruth Nishiyama Soares

Mestra em Psicologia (UFC)
Doutoranda em Psicologia (UFC)
Professora substituta da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE)
E-mail: mayararnishiyama@gmail.com

Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira

Doutora em Psicologia Social (Universidade do Minho/Portugal)
Professora associada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto/Portugal)
E-mail: cnogueira@fpce.up.pt



Resumo

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre efeitos psicossociais do racismo nas trajetórias de jovens negros moradores de um território periférico de Fortaleza, no Ceará. A aposta metodológica, de cunho qualitativa, foi a pesquisa-inter(in)venção. Foram realizadas entrevistas narrativas sobre trajetórias de vida de jovens negros(as) com vistas a apontar caminhos para a produção de políticas públicas garantidoras de direitos contextualizados e voltadas às necessidades desse público. Os resultados apontam para estigmatização desses territórios e dessas juventudes, como um efeito do racismo estrutural, de modo a recrudescer a violência territorial e a precarização de políticas públicas nesse contexto. No que se refere aos enfrentamentos, destacam-se as iniciativas comunitárias e a Universidade como dispositivos capazes de visibilizar outras narrativas contracoloniais sobre esta realidade.

Palavras-chave: Racismo. Juventudes. Periferia. Resistências. Políticas Públicas.

Abstract

The aim of this article is to reflect on the psychosocial effects of racism on the trajectories of young black people living in a peripheral area of Fortaleza, Ceará. The methodological approach, of a qualitative nature, was

research-inter(in)vention. Narrative interviews were conducted on the life trajectories of young black people with a view to pointing out ways of producing public policies that guarantee contextualized rights and are geared towards the needs of this public. The results point to the stigmatization of these territories and these young people, as an effect of structural racism, in such a way as to increase territorial violence and the precariousness of public policies in this context. In terms of confrontation, community initiatives and the university stand out as devices capable of making other counter-colonial narratives about this reality visible.

Keywords: Racism. Youth. Periphery. Resistance. Public Policies.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre efeitos psicossociais do racismo nas trajetórias de jovens negros moradores de um território periférico de Fortaleza, no Ceará, com vistas a apontar caminhos para a produção de políticas públicas garantidoras de direitos contextualizados e voltadas às necessidades desse público. Trata-se do desdobramento de uma pesquisa de mestrado (referência suprimida para evitar identificação dos autores), vinculada ao (nome do programa de pós-graduação suprimido para

evitar identificação dos autores) e ao (nome do laboratório suprimido para evitar identificação dos autores), que teve por intuito analisar as práticas de resistência ao racismo que permeiam as trajetórias de vida de jovens negros integrantes de coletivos que atuam em periferias de Fortaleza.

Acerca do contexto de realização da pesquisa, o Ceará se encontra entre os dez estados com maiores taxas de homicídio contra juventudes do país, de acordo com o Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2024). Apesar da redução acompanhada entre os anos de 2012 e 2022 (cerca de 22,2%), a taxa de homicídios de jovens por 100 mil habitantes no estado em 2022 é bastante superior à taxa nacional, 73,5 e 46,6 respectivamente. Quando analisado o recorte racial, o Ceará também se destaca entre os estados com as maiores taxas de homicídio contra pessoas negras, apresentando uma taxa de 41,7 por 100 mil habitantes. Além disso, ocupa a quinta posição no ranking de risco relativo de homicídio de negros em comparação a não negros presente no Atlas da Violência, com um risco 4,6 vezes maior de morte por violência letal para negros, o que evidencia as profundas desigualdades raciais no estado (Cerqueira; Bueno, 2024).

Outro dado preocupante em relação à violência se refere ao perfil das vítimas fatais de intervenções policiais, em que, em 2023, 88,7% das vítimas com identificação de raça/cor no Ceará eram negras (Rede de Observatórios da Segurança,

2024). A população negra também desponta como a maioria das pessoas privadas de liberdade (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024), desaparecidas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024), vítimas de feminicídio (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024) e com maior risco de suicídio no país (Brasil, 2018). Além disso, segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), pessoas negras possuem mais medo de morrerem assassinadas, serem vítimas de violência policial e sofrerem alguma represália por escolha política ou partidária.

Tais dados revelam como o racismo opera como um mecanismo central na perpetuação de opressões e desigualdades e na manutenção de privilégios. Segundo David (2023), o racismo confere sentido, lógica e instrumentalização para a perpetuação de desigualdades e a legitimação de violências que estruturam a vida social na modernidade. Embora possua variadas formas de manifestação, seu objetivo central permanece o mesmo: legitimar a hierarquização entre raças e fomentar opressões de cunho racial, funcionando como um dispositivo eficaz para a manutenção de privilégios raciais (David, 2023).

No contexto brasileiro, essa dinâmica se expressa de maneira singular. Nogueira (2007) destaca uma tendência à negação do preconceito racial e ao apagamento das situações de racismo, aspectos que possuem uma intrínseca

relação com o mito da democracia racial (Nascimento, 2016). Esse mito, ao propagar a ideia de harmonia e cordialidade entre as raças, oculta as profundas desigualdades e as estruturas de poder que privilegiam a população branca. Como consequência, a população negra foi sistematicamente marginalizada, submetida a diversas formas de opressão e exclusão social ao longo da história.

Para compreender como o racismo se estrutura nas relações sociais, o conceito de dispositivo da racialidade, proposto por Sueli Carneiro (2023), oferece uma perspectiva analítica relevante. Segundo a autora, esse dispositivo constitui uma rede de elementos definidos pelo Contrato Racial, que atribui funções e papéis sociais com base na cor da pele, regulando e organizando as relações dos indivíduos com o Outro, com seus pares e consigo mesmos. Ao operar na tessitura social, o dispositivo da racialidade produz saberes, poderes e modos de subjetivação que associam a humanidade e a cidadania à branquitude, reforçando processos de inferiorização, segregação e criminalização de pessoas negras (Carneiro, 2023).

Essa lógica de dominação racial encontra ressonância no conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe (2017). Para o autor, o racismo é o motor da necropolítica, tecnologia de poder que se estrutura a partir da criação de mundos de morte – contextos nos quais o estado de exceção

se normaliza – e da fabricação de populações supérfluas e de inimigos ficcionalizados, passíveis de eliminação em nome da “segurança social”. Essa tecnologia opera por meio de mecanismos simbólicos e econômicos voltados para a gestão da morte, consolidando-se como um instrumento de controle e dominação (Mbembe, 2017). No contexto brasileiro, essa dinâmica se reflete, por exemplo, nas altas taxas de homicídios e encarceramento de jovens negros, que são vistos como descartáveis dentro desta lógica.

O estudo de Macedo, Dantas, Dimenstein, Leite, Alves Filho e Belarmino (2021) revela outra faceta do racismo no Brasil, expresso no racismo institucional que dificulta significativamente o acesso das comunidades negras, incluindo quilombolas, às políticas públicas e à garantia de seus direitos. Os autores apontam que, mesmo com a existência de políticas afirmativas, há um acesso limitado e desigual a serviços básicos como saúde, educação e saneamento básico pelas populações não brancas no Brasil, além de um processo de hierarquização das necessidades de diferentes grupos sociais pelo Estado, o que contribui para a ineficácia de tais políticas em diminuir as iniquidades sociais e desigualdades raciais.

Diante do exposto e do objetivo explicitado anteriormente, este artigo busca contribuir para o campo de estudos em Psicologia Social que se debruçam sobre os efeitos

psicossociais do racismo nas trajetórias de juventudes periféricas, oferecendo reflexões analíticas que apontem caminhos para a produção de políticas públicas direcionadas às necessidades dessa população. Para isso, os resultados serão divididos em duas seções: 1) “Não entendia como é que funcionava esse sistema”: efeitos psicossociais do racismo nas trajetórias de vida de jovens negros(as) e na produção de colônias contemporâneas em periferias urbanas; 2) “Inspira na gente a vontade de querer fazer do nosso modo”: práticas de (re)existências comunitárias e a universidade como dispositivo de reinvenção, colaboração e transformação social.

Percurso Metodológico

Este artigo é fruto de uma investigação de mestrado cuja aposta metodológica, de cunho qualitativa, foi a pesquisa-inter(in)venção. Esta política de pesquisa, conforme as pesquisas participativas, pretende radicalizar o caráter participativo e inventivo da pesquisa, de modo a destacar o protagonismo da participação das pessoas que colaboram com o estudo para além da informação dos dados, mas as evidencia como co-responsáveis na construção dos instrumentos de pesquisa, bem como sobre a produção do conhecimento (Benício; Barros; Rodrigues; Silva; Leonardo; Costa, 2018)

A investigação em questão teve como proposta, a partir de uma análise interseccional, compreender como colonialidade (Quijano, 2000), racismo (David, 2023) e modos de enfrentamento a esta problemática, se articulam nas produções discursivas de jovens negros(as) de um território periférico de Fortaleza sobre suas trajetórias de vida. A pesquisa teve como locus uma região periférica da cidade de Fortaleza-CE, o Titanzinho, a partir das narrativas de história de vida das pessoas que colaboraram com este estudo. As regiões periféricas de Fortaleza apresentam altos índices de letalidade relacionados ao racismo estrutural como forma de precarização da vida, a violência policial e as disputas territoriais entre grupos ligados ao crime. Além disso, são regiões com baixo investimento estatal e com menores Índices de Desenvolvimento Humano (Costa, Barros, 2019).

Conforme dados já apresentados, estes territórios são reconhecidos pelos elevados índices de violência letal e intencional, cujo os alvos são, em sua maioria, jovens pretos e pobres moradores dessas regiões (Rede de Observatórios da Segurança, 2024). No entanto, em nossas intervenções, também observamos no Titanzinho, iniciativas populares como a Associação de Moradores do bairro e diversos coletivos juvenis que pautam através da coletividade formas de reexistir ao racismo e as demais violações

frente a precarização de políticas públicas existentes nesse território. Deste modo, consideramos que tais movimentações são importantes analisadores para se pensar processos micropolíticos de enfrentamento à colonialidade e modos de subversão aos modos naturalizados de se compreender as periferias e às juventudes desse território a partir da colaboração e da reivindicação de formas inventivas de viver que anunciam um cenário de mundo mais diverso.

A escolha das pessoas participantes do estudo se deu entre jovens negros(as), por autodeclaração, moradores(as) do território e engajados(as) em algum coletivo social atuante naquela região. Para este artigo foram escolhidas narrativas de duas pessoas participantes do estudo anterior, Jardel e Ayoluwa. Jardel é preto, bissexual, estudante universitário, morador do bairro e membro da Associação de moradores do Titanzinho. Escolheu ser nomeado pelo nome real por considerar importante demarcar sua existência ao tratar sobre sua própria trajetória de vida. Foi convidado a colaborar com o estudo a partir da sua aproximação com o grupo durante realização de outra pesquisa, realizada por integrantes do (nome do laboratório suprimido), em que colaborou com a territorialização da equipe. Ayoluwa, por sua vez, foi indicada a participar do estudo por Jardel, amigo e companheiro de lutas na Associação de Moradores. Se declara como mulher negra, periférica, assistente social e

educadora social. Considera que os modos de enfrentamento ao racismo se relacionam diretamente com sua participação nos coletivos e na sua atuação na comunidade. Ayoluwa é um nome fictício, escolhido pela interlocutora, homenageia Conceição Evaristo, e significa “alegria do nosso povo”.

Metodologicamente, enquanto instrumento investigativo, foram realizadas entrevistas narrativas (Castro, Mayorga, 2019) sobre trajetórias de vida de jovens negros(as) com atenção a sua relação com o território e a políticas públicas, tendo em vista a tematização dos modos de enfrentamento ao racismo. Pela entrevista narrativa, enquanto expertise investigativa sensível à realidade e as vidas investigadas, potencializamos iniciativas insurgentes ao considerar o saber sobre si e sobre o mundo como ferramenta mobilizadora (Castro, Mayorga, 2019). Também tivemos como referência a “metodologia do encontro” (Gonzaga, 2019), um modo afetivo e revolucionário de pôr ênfase nas trajetórias enquanto protagonista na construção da pesquisa. A partir das narrativas foram construídas cenas analisadoras (Kilomba, 2019), como estratégia para acompanhar a processualidade da narrativa, tais cenas são centradas nos sujeitos, nas opressões e nos modos de reexistências narradas.

Foram realizadas 4 entrevistas individuais, 2 com cada participante, e 1 momento coletivo, em que foram

apresentados dados preliminares das inter(in)venções realizadas. Neste momento, além da restituição processual, visou garantir a participação nas análises do material pelos(as) participantes. Tanto as entrevistas narrativas quanto o momento coletivo aconteceram remotamente através da plataforma *Google Meet*, uma vez em que a referida pesquisa aconteceu em contexto pandêmico e de isolamento social, foram videogravados e transcritos na íntegra, tendo em vista a autorização prévia das pessoas participantes.

A pesquisa obteve parecer (número suprimido para evitar identificação dos autores) favorável a sua aprovação no Comitê de Ética Permanente da (universidade suprimida para evitar identificação dos autores), no que diz respeito a todos os aspectos formais. Ainda, ressaltamos que o nosso compromisso ético é transversal ao percurso e desenvolvimento da pesquisa, nesse sentido, estamos interessados(as) na produção de um tipo de pesquisa que se interessa pela vida das pessoas, que deseja somar-se na transformação social dessa realidade marcada pelas desigualdades, e que faz da ciência instrumento necessário e importante na descolonização deste mundo.

“Não entendia como é que funcionava esse sistema”: efeitos psicossociais do racismo nas trajetórias de vida de jovens negros(as) e na produção de colônias contemporâneas em periferias urbanas

Os efeitos psicossociais do racismo e a contínua produção de colônias contemporâneas têm impactos profundos nas trajetórias de vida de jovens negros e negras de periferias urbanas. Vivendo em contextos de marginalização, exclusão social e escassez de políticas públicas que promovam bem estar social, essas juventudes enfrentam violências cotidianas que repercutem em diversas dimensões de suas vidas, inclusive na saúde mental. Sobre as primeiras experiências do racismo em sua trajetória, Jardel nos conta sobre a sua vivência na escola, chamando atenção para a naturalização da violência provocada pelo fenômeno do racismo. Jardel estudou em uma escola no centro da cidade, e portanto, fora do seu bairro, o que denota as práticas de zoneamento que se constroem na cidade a partir da cristalização de posições dadas como natural na relação centro-periferia. Nessa experiência, nos narra como ser chamado de “*petróleo, picolé, chocolate, asfalto*”, inicialmente parecia algo inofensivo ou uma simples brincadeira de criança, mas que ao tomar consciência sobre as implicações disso na sua vida e na de outras pessoas negras, percebe que sofreu violência em

razão das práticas racistas e objetificantes fortemente presentes nas relações sociais contemporâneas no Brasil (Almeida, 2019; Nascimento, 2016).

Eu acho que na escola, embora seja uma escola pública, onde a gente vê maior diversidade de pessoas e cores, eu ainda lembro que... eu estudava no centro, longe do bairro onde eu morava, era uma escola... Sei que era uma escola boa, né, tanto que a gente foi estudar lá. (...) Mas o pessoal gostava muito de apelidar a gente de... no caso eu, de “Petrobrás”, relacionado ao petróleo, né. Petróleo preto. De picolé, chocolate, asfalto, só que, quando você é muito adolescente, que você não tem, sei lá, que você não tem tanta criticidade, você nem percebe que isso é uma forma de racismo, né? “Ele tá só te caracterizando, te apelidando de alguma coisa”. Depois que você cresce é que você percebe que, de fato, é um tipo de violência, né? (Jardel, 2020).

Esses discursos chamam atenção para os modos pelos quais o racismo engendra nas vidas das pessoas formas sutis de enquadrar negros e negras em posições subalternas. Conforme Kilomba (2019), o termo não é vazio, carrega consigo uma série de significações e valores que dizem respeito à manutenção de uma lógica colonial. Ao ser chamado de “petróleo”, por exemplo, é atribuído ao nosso interlocutor todos os estereótipos que o termo carrega consigo, produz esvaziamento das possibilidades e

o encerra em uma posição de objeto, numa tentativa, de ordem estrutural, destituí-lo de seu estatuto humano e político (Mbembe, 2017).

Nessa mesma direção, Adilson Moreira (2019) problematiza essa dimensão do racismo, que se dá a partir de piadas e/ou brincadeiras cotidianas, e que afirma as posições morais da sociedade racistamente estruturadas. Para o autor, um dos efeitos dessas práticas é sustentar a racionalidade que afirma e mantém o lugar de inferioridade do povo negro, enfatizando a propagação dessas violências nas relações cotidianas, em espaços institucionais, como na escola. Há assim, uma dificuldade em identificar e proceder com esse tipo/expressão de racismo dado a sua naturalização nas esferas sociais, culturais e políticas.

A racialização dos corpos negros tende a incidir também sobre os territórios, de modo que essa política de precarização da vida, atrelada a ausência de políticas públicas de bem estar social, o investimento em políticas de inimizade e a criação de inimigos ficcionais (Mbembe, 2017), encarnados na pele negra de jovens perifерizados/as, possibilita tomar tais sujeitos como matáveis, cujas vidas não são passíveis de luto (Butler, 2015).

O interlocutor nos narra ainda, que a escolha da mãe de o levar a estudar em uma escola distante do bairro teria relação com as dinâmicas da violência no território

e, por conseguinte, o medo de que ele pudesse se vincular, a partir da escola, a pessoas, que na visão dela, não seriam confiáveis, ou ainda, envolvidas nas tramas da violência e a grupos criminosos. Tal relato nos ajuda a pensar sobre como a ausência de políticas públicas que produzam proteção e garantam direitos aos jovens que residem em territórios atravessados pelas políticas da violência e da matabilidade atua como ferramenta na produção de vulnerabilização e atualizações dessas mesmas políticas de morte. Também nos leva a refletir sobre o racismo enquanto uma força motriz nos processos de subjetivação em territorialidades periferizadas, em uma dupla perspectiva de racialização dos territórios e das vidas de quem os habitam, os tornando, por essa condição racializada, símbolos da violência, irracionalidade e criminalidade (Kilomba, 2019; Mbembe, 2017).

Nessa perspectiva, Ayoluwa aponta para a segregação socioespacial que sofrem algumas áreas do bairro, enquadradas enquanto perigosas e que requerem maior atenção:

Eu mesma cresci com a minha família dizendo “não pode ir lá naquela rua”. E aí, essa rua, ela era a rua que tava sendo ameaçada de remoção, né? A prefeitura tinha um projeto por ali que tirava toda aquela comunidade, dessa rua, e fazia uma coisa só pra quem tem dinheiro, pra quem tem grana, né? (Ayoluwa, 2020).

A interlocutora reflete que além das questões da violência, a racialização de certas áreas possibilita, a partir de sua precarização, a intervenção estatal e de grupos poderosos, como os ligados ao mercado imobiliário, interessados na remoção de moradores/as daquela região e na consequente instalação de áreas de interesse do poder econômico. Assim, a colonialidade e o racismo, em tempos neoliberais, produzem o que Mbembe (2018), chama de *devoir negro* no mundo, uma experimentação das condições de opressão e violência possibilitadas em função da raça, mas também experimentadas com a racialização de outros marcadores interseccionais, tais como o gênero, a classe e o território. Almeida (2019), inspirado em Foucault, no que diz respeito aos modos pelos quais se executa o biopoder, chama atenção para os efeitos do racismo, que se expressa pela produção binária de hierarquias entre as raças, e pela autorização da morte do Outro. Colonialidade e racismo, nesse sentido, se articulam na autorização de condições desiguais instituídas em determinados territórios pela cotidiana proximidade com a morte e violência. Mbembe (2017) ao refletir sobre tais condições, como desinvestimento estatal, a criação de um estado de exceção (Agamben, 2004), a criação de políticas de inimizade e a autorização de matar do Estado, cunha o conceito de Necropolítica. O racismo tende a agir, portanto, na precarização dos territórios e a partir da matabilidade de certas vidas, haja

visto a manutenção histórica da precarização em corpos e territórios racializados.

Ainda relacionado ao território, outra expressão do racismo presente na narrativa do participante diz respeito a solidão provocada pelo distanciamento que o racismo produz no cotidiano de vidas negras e nesses espaços periferizados, simbolicamente cindidos entre bons e maus, numa divisão binária que atribui racistamente a pessoas negras a condição de periculosidade:

O pouco que eu lembro da minha infância, né, que eu falei, a gente não tinha essa permissão de brincar, também, na rua, justamente pelo fato de que ela não queria que a gente se envolvesse com as pessoas que ela considerava errada, né? Então, a gente... eu não lembro de ter nenhum amigo na rua, entendeu? A gente brincava no quintal de casa mesmo (Jardel, 2020).

Nesse sentido, as colônias contemporâneas, como descreve Mbembe (2017), são essas áreas onde se experimentam uma especial forma de terror, onde se articulam precarização e formas diversas de opressão na produção de um território miserável e povoado por habitantes assim também reconhecidos nas esferas de sociabilidade marcadas pelo poder da colonialidade. As formas de opressão pelas quais o racismo se expressa vão além da fragilização das políticas públicas e dos direitos sociais, como o acesso

à educação, cultura e lazer, por exemplo, mas também incidem fortemente sobre os vínculos socioafetivos, obstruindo relações afetuosas e inventivas com os pares. A precarização da vida e do território, por essa condição racializada, atribui a pessoas pretas, pobres e periféricas, estereótipos ligados a uma lógica racista, que são negativos e violentos, fragilizando a possibilidade de que pessoas possam construir juntas formas re-inventivas de viver.

Sobre a dimensão subjetiva do racismo, Jardel narra elementos importantes para a compreensão de como o racismo opera e de como ele está engendrado nas nossas produções subjetivas e desejantes, a partir de dispositivos tais quais o branqueamento.

Não que minha mãe seja uma pessoa... uma pessoa, digamos que racista, mas eu acredito que acho que desde pequeno ela deve ter sofrido, porque ela é negra, né, ela deve ter sofrido racismo, mas acho que, pelo fato de ser escola de bairro e as periferias, é... a população da periferia ser quase que predominante negra, eu acho que sim, entendeu? Não tem como fugir disso. “Ah, eu sou negro, eu não sou racista”. Ela podia não estar sendo de forma objetiva, né [...], mas ela podia estar, talvez, reproduzindo alguma forma de racismo, né? (Jardel, 2020).

Nessa mesma direção, refletindo sobre sua condição racial, Ayoluwa diz de como é difícil, mesmo sempre se

reconhecendo enquanto uma pessoa negra, não ser interpelada pela branquitude e seus ideais. Narra ter sido por muito tempo “escrava da chapinha”, e que mesmo se reconhecendo como negra foi difícil compreender como opera o sistema racista na vida das pessoas e, sobretudo, como isso poderia implicar na sua vida.

Eu sempre me reconheci como uma mulher negra. Eu sempre soube disso, desde criança. Agora, eu era uma pessoa escrava da chapinha, né? E aí... que aí tem outra coisa que eu vou falar sobre a escrava da chapinha, que eu sabia que era uma mulher negra, mas eu não entendia como é que funcionava esse sistema racista, né? (Ayoluwa, 2020).

Nos levando a questionar não somente os efeitos do racismo mas também como a branquitude se constitui como um ideal do Eu, cujos efeitos em corpos negros se dão de maneiras diversas, desde processos de branqueamento e uma consequente passabilidade, sem deixar de ressaltar a violência e o apagamento de si que há nisso, até às formas mais concretas de violências advindas do racismo quando se passa a questionar ou negar essa lógica de constituição subjetiva dada como natural e relacionada a branquitude.

Abdias do Nascimento (2017), ao refletir sobre o genocídio do negro no Brasil, nos chama atenção, também, para a institucionalização desse genocídio, impulsionado pelo mito

da democracia racial, processo que diz respeito a falsa ideia de igualdade racial experimentada no Brasil e executado a partir de estratégias de apagamento da raça como a mestiçagem e o branqueamento, assim também, expressões desse genocídio ainda em curso. Para Nascimento (2017), a criação de categorias como “mulato” pela elite intelectual dominante no Brasil pode ser entendida como um dos primeiros elementos que constitui o sistemático processo de branquificação da sociedade brasileira, como uma perversa estratégia de execução do/a negro/a e de sua cultura. Negros e mulatos, por essa condição racializada, nunca experimentaram um estado de igualdade, haja vista os privilégios da branquitude estarem assentados na produção e reificação dessa diferença.

Frente a essa perspectiva, em sua narrativa, Jardel relata como o racismo pode ser negado e como esse aspecto marca fortemente sua trajetória de vida, principalmente, a partir de sua relação com a religião: “eu sabia que eu tava incomodado com algumas brincadeiras, algumas coisas, mas como eu não tinha essa consciência racializada, então eu não entendia o motivo, né?” (Jardel, 2020). Na igreja não se falava das diferenciações provocadas pelo racismo nos modos de se relacionar em comunidade, todavia, de acordo com ele próprio, o preconceito é um forte marcador na construção das relações entre os pares.

E lá era nítido como não se falava nada a respeito de preconceito ou racismo, entendeu? É muito nítido. É algo gritante como eles não tocam nesse assunto. É como se não existisse preconceito, é como se não existisse nenhum tipo de preconceito a nenhum tipo de pessoa, mas, é... entre alguns pares, você sempre se aproxima de uma ou outra pessoa, né, entre os pares você percebe o preconceito que tem, sobretudo a homossexuais, a negros, né (Jardel, 2020).

O preconceito racial, na perspectiva de Kilomba (2019), é agenciado na relação hierarquia-diferença, estabelecendo padrões binários de hierarquia e de diferenciação entre negros/as e brancos/as produtores de formas violentas e excludentes de se compreender a negritude, portanto, tomamos o preconceito, nessa perspectiva, como uma das expressões mais sutis do racismo.

Ao nos narrar sobre sua experiência de ser morador do Serviluz, Jardel nos aponta para o modo pelo qual áreas periferizadas, como a que mora, têm sido produzidas como áreas violentas, nos discursos que disputam a cidade, e que sustentam práticas de exclusão. A racialização dos territórios possibilita naturalizar nessas regiões formas violentas de atuação do estado, seja pela ausência em serviços e políticas públicas que garantam o bem estar dessa população, seja pela presença massiva de dispositivos policiais em ações truculentas, descabidas e violentas

contra seus moradores a partir de um viés, marcadamente, racial (Costa, Barros, 2019; Mbembe, 2017).

Ainda nessa perspectiva, o dizer da experiência sobre ser jovem negro/a, diz também de como corpos negros não são bem vindos ao ocupar espaços reservados a branquitude. Ao nos narrar sobre como sempre é confundida com parentes de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no seu trabalho como assistente social na Defensoria Pública do estado do Ceará, Ayoluwa visibiliza como o racismo engendra na sociedade formas de reconhecimento que condicionam negros e negras sempre em posições de inferioridade, subserviência, e pobreza, de modo que tais estigmatizações também digam da rede de saber-poder que sustenta modelos semelhantes a este no que diz respeito a possibilidade de cargos de poder, ou estratégicos, serem ocupados por pessoas negras.

Ao nos narrar sobre a experiência de racismo sofrida em um *shopping* localizado em uma parte nobre da cidade, simplesmente por estar naquele espaço, sendo quem é, e vestido como gosta de se vestir, Jardel torna visível os efeitos de uma política de subjetivação racista ao destacar como sua presença causa incômodo e ameaça, a medida em que também justifica, numa perspectiva racista de compreensão sobre o que é segurança, a necessidade de uma

série de dispositivos de vigilância e controle que recaem, sobremaneira, em corpos de jovens negros/as periferizadas:

Eu acredito que é um incômodo muito grande quando a gente tem acesso a vários espaços. Eu digo “a gente”, corpos negros, né? Quer seja uma faculdade, quer seja... até mesmo, sei lá, você entra num supermercado, você já se sente meio que “não convidado”, né? Você entra numa loja, você já sente meio que também “não convidado”. Por que eu falo isso? Porque você percebe que alguém tá te olhando, tá te acompanhando, vendo o que é que tu tá fazendo nas prateleiras [...]. Eu passei entre as gôndolas e pra cada uma que eu ia um rapaz me acompanhava, né?[...] fui perguntar a ele o que é que ele tava fazendo, por quê ele estava me observando, se ele achava que eu ia levar alguma peça, né? Ele disse “não, cara, é só...”, é só uma “atitude padrão” (Jardel, 2020).

Nesse momento, nosso interlocutor reflete sobre como as experiências provocadas pelo racismo, numa sociedade desigual e completamente marcada pela lógica capitalista de produção de subjetividade, obriga pessoas negras a se produzirem subjetivamente a partir de uma perspectiva da branquitude. Questiona o fato de ser uma pessoa, também negra, a responsável por atuar de modo racista, embora entenda que as forças que estão em jogo nessa situação atravessam a própria condição material de existência que muitos sujeitos de cor negra precisam manter.

Então, corpos negros também, até por uma forma de subsistência, né, que ele tava trabalhando pra sobreviver, eles também não querem aceitar outros corpos negros nos espaços, né? Nesses espaços, digamos, mais privilegiados. Só que eu acredito que a gente não pode, como é que eu posso dizer... a gente não pode se submeter ao fato de que outros corpos não desejam nossos corpos nesses espaços específicos, né (Jardel, 2020).

“No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance” (Almeida, 2019, p.51). O discurso da meritocracia é questionado também a partir desse trecho-cena da narrativa quando Jardel nos relata como sempre foi muito difícil manter-se nos estudos, uma vez que, dado a condição social de sua família precisou sempre trabalhar para ajudar a compor a renda da família, estando ele próprio, em alguns momentos, como responsável principal pela subsistência do seu grupo familiar. Como falar, portanto, em condições de igualdade quando o racismo coloca pessoas negras sempre numa relação de desvantagem, fazendo da cidadania e da própria vida um direito escasso?

Em diálogo com Sales (2007), discutimos a partir dessa cena analisadora os regimes de (in)visibilidade e a produção de cidadania escassa na vida de juventudes negras e

periféricas como um dos efeitos do racismo engendrado nessas trajetórias. São vidas hiper visibilizadas, quanto à suspeita da criminalidade, mas extremamente apagadas e silenciadas do ponto de vista da garantia de direitos. São regimes de precarização da vida que distanciam juventudes negras do acesso a determinados espaços historicamente ocupados pelo privilégio da branquitude.

Em outro momento de tensão da sua narrativa, nos fala sobre uma importante decisão a ser tomada: ser feliz e optar por fazer o que gosta, ou continuava infeliz no trabalho que não o deixava contente e no curso que não lhe realizava, mas, de modo a poder continuar ajudando nos custos da família. Para ele, ter escolhido seguir com sua trajetória, a partir daquilo que ele próprio desenhou como projeto e sonhos, é ser egoísta. Escolher ser quem se é, e assumir seus desejos, numa realidade dura como a apresentada, quando estão em jogo outras questões, como o sustento dos seus, é uma escolha difícil.

Almeida (2019) reflete sobre as implicações do racismo na vida das pessoas a partir do trauma e dos resquícios da escravidão na trajetória de negros e negras, as impedindo de viver o “eu” em sua plenitude. Nessa mesma direção Kilomba (2019), problematiza ser umas das expressões do racismo a negação ao direito a subjetividade a partir de processos massificante em uma perspectiva colonial-capitalista

de produção subjetiva, que leva negros e negras perderem de si e matar o lugar da outridade.

[...] Aqui é uma universidade digamos que preta, né? Mas não se iluda, que as coisas não funcionam da melhor forma possível que você... imagina que vem pra uma universidade preta e que o protagonismo vai ser preto. Não. Infelizmente não é assim, embora aqui seja a UNILAB, né, seja uma universidade pra afrodescendentes. A gente aqui pode-se dizer que tem só uma facilidade maior de conseguir acessar... digamos que o conhecimento que não é, sobretudo, de brancos, né? Mas aqui ainda é uma universidade de gente branca, por mais que seja a UNILAB, é comandada por brancos [...] (Jardel, 2020).

Por mais difícil que tenha sido escolher estar na universidade, assumindo posição nas suas escolhas, chegar até ela não encerra, nessa trajetória, as dificuldades e consequências do racismo impostas por uma estrutura colonial, ainda vigente, nos modos de se organizar em sociedade. Para Jardel, mesmo com os ganhos em estar em uma universidade como a UNILAB, marcadamente reconhecida pela presença intensa de jovens afro-diaspóricos, as posições de poder e decisão na universidade ainda continuam a ser ocupadas por pessoas brancas, o que denota os muitos privilégios e vantagens que a branquitude carrega dentro de uma sociedade, estruturada a partir de

concepções racistas em âmbitos sociais, culturais e políticos (Almeida, 2019; Kilomba, 2019).

“Inspira na gente a vontade de querer fazer do nosso modo”: práticas de (re) existências comunitárias e a universidade como dispositivo de reinvenção, colaboração e transformação social

Nesta seção objetivamos produzir reflexões sobre as práticas de (re)existências coletivas e cotidianas que desempenham um papel fundamental nas lutas contra as opressões estruturais que marcam, sobretudo, as vidas de juventudes pobres, negras e periféricas. Nessa perspectiva, a universidade surge, nas narrativas dos interlocutores, enquanto um lugar de privilégios, mas também como um espaço de reflexão sobre sua própria história, de reinvenção de saberes, de colaboração entre diferentes sujeitos e de possibilidade de promoção de uma transformação social efetiva, isto é, um campo fértil para a construção de novas perspectivas, que podem desafiar normas estabelecidas e impulsionar práticas coletivas.

Uma primeira cena analisadora que trazemos diz da importância da participação nos coletivos no desenvolvimento da criticidade em relação a sua própria história. Mesmo notando que determinadas “brincadeiras”

vivenciadas na sua trajetória lhe provocavam certo incômodo, é somente a partir do seu ingresso na universidade e do seu engajamento nos coletivos que Jardel passa a tensionar alguns acontecimentos em sua vida, de modo a passar a entendê-los como efeitos das práticas racistas arraigadas no cotidiano e nas relações sociais do Brasil. É também, a partir desse entendimento que se percebe como uma pessoa negra e que em função desse reconhecimento pode também desenvolver para si modos outros de proteção.

Então, eu sempre fui vendo isso e sempre me incomodava aquilo (as brincadeiras), mas eu não sabia como mudar, porque eu tava ligado a uma religião, meu pensamento era outro, a gente tem outros pensamentos, outras perspectivas de vida, né, aí depois que, digamos, eu virei a “ovelha negra” que fugiu e saiu, né, e que tive acesso à faculdade e tive acesso a outras pessoas, comecei a conhecer alguns coletivos relacionados a isso, à resistência, assim, seja ela qual for, foi que eu comecei a me “aperceber” de que tudo que eu passei, sei lá, na minha adolescência e no início da minha vida adulta, sofrendo algum tipo de racismo, e só agora eu conseguia, me proteger, ou descobrir que aquilo era racismo pra poder se proteger também (Jardel, 2020).

Também nesse sentido, sobre o núcleo de base do Serviluz, importante coletivo de militância a favor das causas sociais do território, Ayoluwa (2020) o narra como

um potente espaço de transformação e, em especial, sobre a incidência dele sobre seus processos formativos e em sua trajetória. Relata ter sido, a partir da sua inserção nesse coletivo, ainda criança, o começo de seu engajamento nas lutas sociais que ainda estão presentes em sua vida e que os seus processos subjetivos se fizeram e se fazem intensamente nessa relação com os coletivos. Ela destaca como o coletivo lhe possibilitou uma leitura mais crítica sobre a vida e uma conseqüente mudança de fluxos no que diz respeito ao que é esperado para pessoas negras e pobres de áreas periféricas.

Eu costumo falar que o núcleo de base do Serviluz, o movimento, né, ele me salvou. Porque, assim, foi lá que foi toda a minha construção política e... a minha construção, né? [...] não sei o que seria de mim se não fosse aquele espaço, né? Um espaço de formação, que foi tão importante pra mim, tão significativo que, com o passar do tempo, eu me tornei uma educadora social, né! (Ayoluwa, 2020).

Outra mudança de fluxo que a participação nos coletivos pôde proporcionar a Jardel está diretamente ligada aos modos de se relacionar com o território e com os membros da comunidade. O acaso foi determinante para que nas andanças pelo bairro, caminhando pela rua, a realização de um cine clube lhe convocasse o olhar e o corpo para

se fazer outro com tantos e tantas que também se forjam diferentes a partir da participação na associação de moradores do bairro. Jardel conta sobre o gosto por “estar COM”, o que faz com que se descubra outros bairros e outras relações possíveis de viver no que antes era desconhecido. Ser convidado a conhecer o que desconhecia é o que abre caminhos para o novo, para a invenção, para a colaboração, e sobretudo, para outros afetos:

A associação, a gente conheceu porque, em dado momento, a gente passando na rua, aí tava uma exibição de cine clube, que até então a gente não sabia que era cine clube, só sabia que alguém colocou um projetor na parede com alguns filmes caseiros, produzidos no próprio bairro, né, e tinha uma professora lá da UFC e algumas pessoas com uma blusa característica que eles usam da associação, né? Aí foi quando a gente passou, olhou, ficou olhando, aí começou a conversar com o pessoal, aí eles nos convidaram a conhecer, né. A gente era do bairro e não conhecia (risos) (Jardel, 2020).

O “estar COM” (Moraes, 2010) aparece como um elemento importante nessas histórias na desnaturalização de algumas concepções de cunho colonizador e que perpetuam o racismo, suas práticas e efeitos, na estrutura social bem como também nos processos subjetivos de negros e negras. É somente a partir do engajamento na associação e da experiência coletiva que a ideia de periculosidade atrelada

a regiões periféricas e seus moradores pode ser desfeita, mesmo sendo nosso interlocutor também morador dessas regiões e experimentador de muitos desses estigmas.

Eu acho que o que ela (associação de moradores) mudou e o que ela nos ajudou foi no aspecto mais do bairro, entendeu? De conhecer as pessoas, de ter acesso às pessoas e perceber que nem todo mundo que mora ali naquele bairro são pessoas perigosas, como a gente tinha esse conceito anteriormente, né? (Jardel, 2020).

Essas mudanças nos modos de compreender e se relacionar com o território chamam atenção para a desnaturalização dessas áreas enquanto perigosas e que, em razão disso, compreendidas nos ditos que circulam pela cidade somente a partir da violência, pobreza e morte. Essas mudanças nas trajetórias que passam pela reinvenção de outros sentidos sobre si e sobre o território vão dizer mais que sobre uma mudança de fluxo nos processos que acompanhamos, mas denunciam as transformações micropolíticas que se fazem necessárias no âmbito das relações sociais, na cultura e nas políticas públicas brasileiras.

Os coletivos, por se tratarem de agrupamentos que tematizam as pautas raciais, passam a ocupar um importante espaço, inclusive afetivo, nas trajetórias aqui narradas, como trazem Jardel e Ayoluwa: “esses coletivos, por serem coletivos que lutam pela... a favor da pauta racial, né, eu acho que eles

têm grande significado pra mim” (Jardel, 2020); “eu digo que ele é muito importante pra mim porque o núcleo abriu a minha cabeça pra várias coisas, inclusive me entendendo, né, enquanto uma jovem de periferia, o espaço que ocupava, né?” (Ayoluwa, 2020). Essa relação construída em coletividade com pessoas diferentes, mas que experienciam de forma semelhante os efeitos do racismo nos seus cotidianos, possibilitou, além da ampliação dos modos de relacionar-se com o território e com a vizinhança, também outros modos de olhar pra si e compreender sua condição racializada enquanto pessoa negra e, a partir disso, conseguir fazer uma leitura muito mais crítica e consciente sobre os processos vivenciados nas trajetórias de vida, abrindo caminho para novos horizontes e outras possibilidades marcadas pela coletivização dos processos, pela criatividade e pela desobediência a lógica capitalista-colonial.

Nessa compreensão, a universidade alinhada à participação nos coletivos, aparece como força disruptiva nos processos subjetivos experimentados nestas trajetórias. O conhecimento abre passagem para o novo e cria condições de afirmação e de coragem nas reivindicações de outras histórias possíveis para si:

E acredito que... depois que eu entrei na universidade, que você tem outras visões de mundo, que você conhece outras pessoas, que você vai vendo que aquilo que você se

tornou não é algo errado, não é algo... uma anomalia, aí você começa a criar coragem. “Não, eu sou isso e pronto. Meus pais, minha família vai ter que me aceitar”. Aí você começa a criar coragem (Jardel, 2020).

Também nessa direção, apontamos para o desejo de mudança não somente nos trajetos subjetivos, mas, sobretudo, nos processos coletivos que passam pela participação efetiva de negros e negras em espaços de saber, poder e tomada de decisão. Essa dimensão é importante pois diz do caráter colaborativo e solidário presente nos desejos e sonhos daqueles e daquelas que travam incansavelmente uma luta anti racista, e que fortalece a construção de um mundo mais plural e menos desigual.

Hoje, a gente tem um pró-reitor branco e a maioria das, digamos... não sei se eu posso usar essa palavra, das “instâncias de poder” da faculdade, são comandadas por pessoas brancas. Então, UNILAB é só um nome utópico. Você acredita que a gente, pretos, nós pretos que entramos na universidade, a maioria, talvez, entrou pra poder mudar aquilo, né? Conseguir alcançar, estar a par do que eles pedem pra ocupar esses cargos e, futuramente, culpá-los (Jardel, 2020).

A universidade aparece também como um espaço importante na constituição das resistências cotidianas, sendo entendida como um espaço de mudança, que aqui podemos compreender enquanto um dispositivo coletivo de

re-existência, de criatividade, potência e de transformação social. Nesse sentido dialogamos com o relato a seguir:

Mas assim, o fato de também não funcionar dessa forma e ela carregar esse nome de UNILAB eu acho que... eu acredito que sim, né, inspira na gente a vontade de querer fazer do nosso modo. Por exemplo, hoje, eu já... depois que eu vim pra cá, eu já tenho a vontade de sair da graduação, entrar no mestrado e embalar no doutorado justamente pra ser professor daqui, entendeu? E eu acredito que com a vontade de mudar algumas coisas, né (Jardel, 2020).

O engajamento com os coletivos e a entrada na universidade, para além de alargar as possibilidades de vida, também abriu espaço para a convivência com a pluralidade, a diferença, com o conhecimento, com culturas diferentes e, sobretudo, para novas ideias. Essa mudança de postura frente a própria vida é compreendida como uma outra dimensão das re-existências que se estabelecem no cotidiano e ressoam nos modos de viver. A participação nesses coletivos, portanto, denotam a produção de modos inventivos, criativos e coletivos de estar no mundo, forjados em aliança com a diferença e reiterados na superação de formas colonizantes do eu.

Então, o acesso, não vou dizer nem à universidade, mas a outras pessoas com outras culturas, outros pensamentos, ter acesso a novas ideias, né, no campo da universidade,

desses coletivos, me fizeram pensar diferente, né? E também de até cortar laços com algumas pessoas que eu vi que não eram amigades saudáveis, mas sim abusivas, entendeu? (Jardel, 2020).

Também sobre sua incursão na vida universitária, sobre os trabalhos de pesquisa realizados e sobre como isso tudo se articula na sua vida e nos seus processos, Ayoluwa nos relata: “foi muito importante pra mim, e aí eu acho que pra mim é um compromisso muito mais, que vai para além dessa questão do trabalho, da academia, mas é um compromisso mesmo enquanto comunidade negra, né?” (2020), destacando que os ganhos de um devem ser os ganhos de todos, numa perspectiva de enfatizar a importância do sentimento de pertença e da vida produzida em coletividade, nas estratégias de re-existências e na luta diária por transformações micropolíticas para a comunidade.

Mais especificamente quanto ao momento de entrada na universidade, como aconteceu este processo, quais foram as dificuldades e motivações encontradas, Jardel nos narra ter demorado muito a pensar a universidade como uma possibilidade para sua vida, em razão da sua relação com a religião. Até uma parte da sua trajetória, a partir desses vínculos, a universidade era lida como algo mundano, e, portanto, perda de tempo e energia. Todavia, diz que a universidade sempre lhe despertou curiosidade,

e que desejou fazer algum curso superior. A universidade, se torna, então, um importante dispositivo para compreendermos as transformações e mudanças de fluxos que se materializam na vida de Jardel e de inúmeros outros jovens negros e pobres que passam a vislumbrar diferentes condições de vida, de se relacionar com a diferença, e que passam a alcançar espaços e vivências outras que antes pareciam completamente distantes.

Uma questão muito presente nas narrativas escutadas diz das múltiplas dificuldades que se interpõem nas trajetórias de jovens vindo(a)s de periferias. Uma dessas muitas impossibilidades relaciona-se com o acesso à vida universitária. Conforme nos aponta Jardel, muitas pessoas vindas da mesma realidade social que a dele não conseguiram acessar a universidade, em sua experiência muito(a)s desse(a)s jovens já tiveram filhos, casaram, passaram a ter que assumir as responsabilidades financeiras do lar, elementos que, na sua visão, impõe dificuldades para que se pense em ingressar na universidade, tendo em vista todas as obrigações que estão em jogo nessa dinâmica social. Visto que, em uma realidade que urge a necessidade de conseguir manter a própria vida, as condições materiais da existência, tais como o trabalho, parecem ganhar retaguarda em muitas das trajetórias juvenis vulnerabilizadas pela pobreza, violência e racismo.

Eu acredito que, pra gente que mora na favela, é mais difícil o acesso. Hoje eu percebo que, por exemplo, pessoas na minha idade, essas pessoas, na verdade, na sua maioria, tão juntos, casados, né, tem filhos, tem responsabilidades e despesas com lar, com família, e que eu acho que eles nem cogitam a possibilidade de estar estudando, né? Eles não tiveram oportunidade devido à situação precária, talvez nem concluíram o ensino médio [...] (Jardel, 2021).

Afinado a isso, ao destacar as dificuldades financeiras e o trabalho como condições que distanciam a universidade de vidas marginais, Ayoluwa nos narra a importância de políticas públicas que alarguem as possibilidades de escolhas para determinadas juventudes, e que tais políticas lhes façam garantir muito mais que a entrada, mas também a permanência na universidade. Sua entrada na universidade só foi possível graças ao Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, programa social que financia cursos universitários em universidades privadas. Todavia, nos destaca as muitas barreiras que teve de enfrentar para conseguir permanecer neste sonho, como, por exemplo, a exigência de possuir fiadores e a necessidade de trabalhar para se manter nessa dupla jornada.

Realmente, pra gente que tem que trabalhar e não tem dinheiro pra nada, conseguir fazer a universidade que eu fiz, privada, através do FIES, né, tinha dois fiadores,

e eu trabalhava o dia todo, estudava a noite. Pensei em desistir várias vezes. Era muito puxado, mas foi muito importante pra mim estar naquele espaço, sabe? E aí, a universidade me abriu os olhos (Ayoluwa, 2021).

A luta pela democratização da universidade, pela ampliação do acesso universitário e pela assistência estudantil são processos essenciais para a entrada e permanência dessas juventudes. Nos últimos anos, políticas como as ações afirmativas em universidades públicas têm ampliado as possibilidades de acesso de jovens negros e de baixa renda. Além disso, as bolsas de ensino, pesquisa e assistência estudantil, embora ainda insuficientes, foram fundamentais para a permanência de muitos estudantes, incluindo os provenientes das periferias urbanas.

Embora as conquistas, como a implementação das cotas, tenham sido significativas, sempre estiveram ameaçadas. A implementação de políticas afirmativas que buscavam reparar desigualdades históricas enfrenta oposição, especialmente em um país marcado pela exploração racista-colonial-capitalista. O conservadorismo elitista rejeita a ideia de que jovens, negros e periféricos possam ocupar espaços como a universidade. Nos últimos anos, observamos o desmonte das políticas educacionais, com a redução de recursos e investimentos. Durante o governo anterior (2019-2022), uma postura negacionista e anticientífica

foi adotada, afetando também a política educacional. Em tempos de ódio, o conhecimento universitário produzido com compromisso ético para a transformação social, assim como a luta antirracista, torna-se ainda mais essenciais.

A universidade é vivida e compreendida pelos interlocutores a partir de suas vivências com a comunidade. Nesse contexto de colaboração, em oposição à competição, os participantes reconhecem o poder do conhecimento produzido nas universidades como uma força que deve somar às lutas diárias das comunidades. Uma das possibilidades emergentes da universidade é amplificar as lutas e produções dos coletivos sociais, proporcionando visibilidade à diferença e à vida vibrante desses grupos. Além disso, é dever da universidade devolver o conhecimento gerado à sociedade, especialmente às comunidades vulnerabilizadas, contribuindo para as transformações micropolíticas impulsionadas pelos esforços acadêmicos.

Eu acho que a universidade, ela ajuda a expandir, né, os coletivos, porque a partir do momento em que você começa a utilizar o conhecimento que a universidade te fornece em prol da comunidade, eu acredito que isso já é uma bem significativa, por mais que não seja, assim, algo gigantesco, mas pequenas mudanças vão surgindo a partir do que você vai utilizando, do que você vai aprendendo na sua comunidade, não é? E eu acredito também que ela abre muitos espaços também [...] (Jardel, 2021).

A universidade, pensada a partir disso, tem sido também lócus de produção de cuidado e afeto entre negros e negras que se reconhecem uns nos outros e em suas histórias semelhantes. Grada Kilomba (2019), ao pensar alguns dos efeitos da universidade na vida de pessoas negras, aponta para as inúmeras situações de violência que pessoas de cor enfrentam cotidianamente na academia, entendendo-a como este lugar reduto da branquitude, cujas epistemologias hegemônicas e tradicionais utilizadas nas instituições dizem muito de colonialidade do saber impregnada na nossa construção enquanto sociedade. Contudo, neste trabalho, buscamos subverter essa concepção, passando a entender a universidade como uma aliada na luta antirracista. Compreendendo-a universidade também como um espaço potencial para a realização de processos de aquilombamento.

Somando coro a este enunciado, Ayoluwa concorda que não é possível pensar a universidade separada do seu papel social com a comunidade. Também critica os modelos científicos que desenvolvem um tipo de relação unilateral com seu campo e colaboradores de pesquisa. É preciso que a universidade, nesse sentido, aprenda também com o fazer comunitário: colaborativo, participativo, solidário. Sugere que é importante pensar a interlocução entre a universidade com as demais instituições presentes no

território, a exemplo da escola, como modo de fazer ecoar a multiplicidade de sujeitos que fazem a comunidade.

Ayoluwa relata a importância da universidade no seu olhar mais aguçado para algumas questões muito caras a construção de uma sociedade antirracista. Na sua “narrativa-metáfora” nos diz como a universidade pode ser esse espaço capaz de produzir, a partir do conhecimento, esperança sobre um mundo que muitas vezes se apresenta duro e cruel. Isso, na sua perspectiva, acontece através das inúmeras ações que a universidade desenvolve em parceria com a sociedade civil, tais como as inúmeras ações de extensão e pesquisa.

Parece que a gente vive no escuro e tira uma venda, né, assim, pra sociedade. Então, através dessas reflexões que aconteceram dentro do ambiente da universidade, também me potencializaram, né? Porque tipo assim, eu tava na universidade, mas eu sempre estive nos movimentos e nos coletivos desde cedo, desde a minha infância, adolescência, então foi isso também que potencializou, sabe? Eu acho, assim, a universidade muito importante na minha vida, mas mais importante ainda foram os movimentos, os coletivos, que eu fiz parte (Ayoluwa, 2021).

Nessa perspectiva, pensamos a universidade como uma aliada nas disputas que se tornam necessárias a desnaturalização das formas de opressões advindas do racismo-machismo-classismo. A universidade, reduto da

branquitude, passa a ser tomada por inúmeras questões sociais que problematizam essas estruturas colonialistas presentes nos nossos modos de nos organizar, assim também como a própria postura da universidade frente a isso. O ingresso expressivo de negros e negras nas universidades públicas, por via das políticas afirmativas, faz ressoar ainda mais a urgência de se implicar ativamente nesses debates, sobretudo no que se refere às questões raciais, antes tão silenciadas (Mayorga; Souza, 2012).

Inspirados em Beatriz Nascimento (2018), entende-se que a universidade, ao se comprometer com populações vulnerabilizadas, especialmente as populações negras, tem se configurado como um espaço de criação de novas possibilidades. Ao tensionar referenciais clássicos e propor uma epistemologia enegrecida e encarnada, promove-se a criação de espaços de cuidado e o reconhecimento de demandas sociais em relação ao seu papel. A universidade se torna quilombo quando, por meio da invenção e da resistência, possibilita a emergência da diferença e aproxima o saber acadêmico da realidade das comunidades.

São por ações desenvolvidas na universidade e com a universidade que é possível travar com maior afinco lutas sociais pautadas historicamente pelo povo preto. Jardel e Ayoluwa também utilizam da sua relação com a universidade para fazer ecoar o compromisso com as comunidades de onde partem.

Faz-se imperativo firmar compromisso com a construção de uma universidade implicada, atualizada e empenhada na produção de um mundo mais justo e democrático.

A partir das nossas inter(in)venções realizadas, buscamos oportunizar a produção e o resgate da memória como elementos essenciais na construção coletiva da noção de resistência que permeou esta pesquisa e o presente texto. Esse processo se manifesta, por exemplo, no empenho dos coletivos em promover a circulação da potência ancestral da cultura negra, bem como no compromisso da universidade, por meio de seus atores, em fortalecer a produção de narrativas insurgentes. Essas narrativas reconstróem a história a partir das vozes dos próprios sujeitos, fazendo do resgate da memória um impulso para a construção de futuros comprometidos com a luta antirracista, as comunidades e as perspectivas de transformação social.

Por enquanto eu não consigo pensar agora, mas se a universidade não tiver esse propósito de ajudar quem tá na comunidade, e também trazer soluções pra comunidade, a universidade é inútil, né? Então, acho que, quando a gente acessa a universidade, a gente pensa muito nisso, sobretudo nós que somos da favela... de que, em algum momento, a gente vai dar um retorno pra favela, pra comunidade, do que nós estamos estudando, né? Então, esse trabalho é uma potência nesse sentido (Jardel, 2021).

Considerações Finais

A desobediência à colonialidade, como estratégia para garantir a sobrevivência e a resistência de juventudes negras que carregam o legado de seus ancestrais, manifesta-se em atos de coragem, afeto e no sonho de construir um outro mundo possível. Suas lutas, conforme enfatizado por Conceição Evaristo (2018), são gritos coletivos contra as estruturas que buscam subjugar suas existências. As palavras da autora: “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”, nos fazem refletir sobre as lutas de (re)existências diante da estrutura racista, que perpetua a subordinação de negros e negras, impõe violência, hipersexualiza seus corpos, destitui seu status político e de humanidade, vulnerabilizando suas existências.

Apesar dos avanços presenciados no campo das políticas públicas, nos últimos anos, no que se refere à proteção integral na infância e na adolescência, por exemplo, ainda se fazem urgentes avanços que possibilitem, de fato, a implementação dessas políticas e a universalização das mesmas (Comitê de Prevenção e Combate à Violência da Assembleia Legislativa do Ceará, 2024), com vistas à efetivação da garantia de direitos e à diminuição da vulnerabilidade vivenciada por juventudes negras. A proteção prevista em algumas normativas, como no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo, não alcança todos

os grupos, visto que sobre alguns recai a desproteção do Estado e violações, com base na necropolítica estatal, que atua articulada aos marcadores de raça, classe e gênero.

Um sentimento produzido por esta pesquisa diz respeito ao desejo de retornar para a sociedade o que produzimos na universidade em nossas invenções. Tomamos então esta pesquisa como um dispositivo inter(in)ventivo, forjado a partir de lutas, conquistas e sonhos, cujo o interesse é somar-se às diversas outras vozes que, assim como nós, desejam produzir outras condições de mundo, sobretudo para que jovens que atravessam/atravessaram situações de vulnerabilizações e políticas de matabilidade, possam experimentar em outros espaços a liberdade que hoje alguns experienciam com/na universidade. Como uma navalha, este texto, ao narrar essas experiências, corta e faz doer um Brasil marcado pelas mazelas do racismo. Nossas vozes se somam, multiplicam-se e ecoam, como um canto, resgatando e produzindo nossas memórias e a anunciando cirandas da resistência.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo, 2004.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

BENÍCIO, Luis Fernando; BARROS, João Paulo; RODRIGUES, Jéssica; SILVA, Dagualberto; LEONARDO, Camila; COSTA, Aldemar. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. esp. 2, p. 192-207, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASTRO, Ricardo Dias de; MAYORGA, Claudia. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 14, n. 3, p. 1-18, 2019.

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Novas equipes do BPRaio reforçam policiamento em nove bairros de Fortaleza**. 2018. Disponível em: <http://www.sspds.ce.gov.br/2018/06/22/novas-equipes-do-bpraio-reforcam-policiamento-em-nove-bairros-de-fortaleza/>.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. **Atlas da Violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em 6 mar. 2025.

COMITÊ DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **Vidas por um fio: trajetórias de adolescentes após o cumprimento de medidas socioeducativas no Ceará**. 2024. Disponível em: <<https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/vidasporumfio/>>. Acesso em 11 mar. 2025.

(referência suprimida para evitar a identificação dos autores)

COSTA, Aldemar; BARROS, João Paulo. “Célula de Proteção Comunitária”: efeitos no cotidiano de jovens negros em Fortaleza. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 13 n. 3, p. 173-192, 2019.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Aquilombamento da Saúde Mental: Cuidado antirracista na atenção psicossocial infantojuvenil**. São Paulo: Hucitec, 2023.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **A violência contra pessoas negras no Brasil 2022**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/74dd3fd7-dfbf-4002-a1ef-c8b5e33b8cff/content>>. Acesso em 6 mar. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>>. Acesso em 6 mar. 2025.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. “A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo”: produções de si e de mundo a partir da

ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais. 2019. 347 f. **Tese** (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACEDO, João Paulo; DANTAS, Candida; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder; ALVES FILHO, Antônio; BELARMINO, Victor Hugo. Condições de vida, acesso às políticas e racismo institucional em comunidades quilombolas. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 1-28, 2021.

MAYORGA, Cláudia; SOUZA, Luciana Maria. de. Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco. **Psicologia Política**, v. 12, n. 24, p. 263-281, 2012.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Paulo S. Ribeiro. 1. ed. São Paulo: Editora N-1, 2018.

MORAES, Márcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. *In*: MORAES, M.; KASTRUP, V. **Exercícios de ver e não ver**: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processos de um racismo mascarado. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Historiografia do Quilombo. 1977. *In*: NASCIMENTO, M. B. **Beatriz Nascimento, Quilombola e**

Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, p. 287-308, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, Santa Cruz, v. XI, n. 2, p. 342-386, 2000.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Pele alvo:** mortes que revelam um padrão. Rio de Janeiro: CESeC, 2024. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/11/RELATORIO_REDE-DE-OBS_PELE-ALVO-4_web-2.pdf>. Acesso em 6 mar. 2025.

SALES, Mione. **(In)visibilidade perversa:** adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez. 2007.